

**Resolução CRH Nº 05, de 12 de dezembro de 2019.**

***Reestrutura a Câmara Técnica de  
Assuntos Legais e Institucionais - CTALI  
e dá outras providências.***

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei 12.984 de 30 de dezembro de 2005 e no Regimento Interno do CRH, aprovado pela plenária em 29 de novembro de 2010, e;

Considerando a Resolução nº 01, de 09 de fevereiro de 2003, que instituiu a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais;

Considerando o Art.29 do Regimento Interno do CRH, alterado pela Resolução CRH nº 15/2015, que transcrevemos: “As Câmaras Técnicas são órgãos de assessoramento do Plenário e terão caráter permanente, constituídas no mínimo de 06 (seis) e no máximo 14 (quatorze) membros, com mandato de dois anos, admitida a recondução e a duração do mandato coincidente com o dos membros do CRH”;

Considerando a deliberação do plenário da XLVI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco, ocorrida em 12 de dezembro de 2019;

Resolve:

Art. 1º Reestruturar a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI, de caráter permanente.

Art. 2º São competências da Câmara Técnica:

I - acompanhar, analisar e emitir parecer sobre proposta de Legislação, normas e procedimentos de recursos hídricos;

II - examinar a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa de propostas de normas ou documentos, previamente à apreciação pelo Plenário do CRH;

III - devolver a matéria à Câmara Técnica competente, com sugestões de ajustes, quando de natureza técnica, ou convidar representante da respectiva Câmara Técnica para esclarecimentos técnicos;

IV - assessorar, sempre que solicitada consultada, os trabalhos desenvolvidos pelas demais Câmaras Técnicas do CRH;

V - analisar, emitir parecer e fazer relato de recursos interpostos relativamente à aplicação de sanções previstas na Lei Estadual nº 12.984/05 para serem apreciados e decididos pelo CRH, como última instância administrativa;

VI - analisar e emitir parecer acerca de assuntos institucionais dos órgãos componentes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Pernambuco;

VII - analisar documentações apresentadas pela Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC e emitir parecer técnico para posterior apreciação do Plenário do CRH, a respeito de cumprimento de metas pré-estabelecidas nos programas financiados pela Agência Nacional de Águas – ANA;

VIII - analisar documentações e emitir parecer técnico para posterior apreciação do Plenário do CRH, dos planos de aplicações de recursos financeiros e dos relatórios anuais das prestação de contas do FEHIDRO, apresentados pela APAC e pela SERH; e

IX - as competências constantes do Regimento Interno e outras que vierem a ser delegadas pelo Plenário do CRH.

§ 1º – A CTALI poderá constituir Grupos de Trabalho no âmbito de sua competência, de caráter temporário para estudo de tema específico, que se extinguirá com o término dos trabalhos;

§ 2º – A CTALI poderá convidar entidades ou especialistas para participar das reuniões e dos trabalhos a serem executados, inclusive para composição do Grupo de Trabalho a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º A Câmara Técnica será integrada por 12 (doze) entidades, devidamente escolhidas pelo Plenário do Conselho, sendo:

I - Associação Águas do Nordeste (ANE);

II - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE);

III - Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA);

IV - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS);

V - Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE);

VI - Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA);

VII - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS);

VIII – Associação Nordestino-Brasileira de Engenheiros de Minas (ANBEM);

IX – Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA);

X – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/PE);

XI – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)

Parágrafo Único - As entidades acima citadas enviarão o nome dos seus representantes (titular e suplente) à Secretaria Executiva do CRH, nos prazos estabelecidos.

**Art. 4º** Após o término dos trabalhos a Câmara Técnica analisará, elaborará e apresentará Parecer Técnico ou Jurídico, Proposta de Resolução, Moção ou qualquer outro produto dos trabalhos desenvolvidos, a ser votado pelo plenário do Conselho para providências cabíveis.

§ 1º – A CTALI terá um coordenador e um relator, escolhidos entre seus componentes, para um mandato de 01(um) ano, sendo permitida uma reeleição;

§ 2º – Os membros da CTALI terão mandato de dois anos, admitida a recondução e a duração do mandato coincidente com o dos membros do CRH, podendo ser substituídos a qualquer tempo pela entidade a qual o mesmo pertencer.

**Art. 5º** A Secretaria Executiva do CRH dará todo apoio administrativo para reuniões desta Câmara Técnica.

**Art. 6º** Os Conselheiros do CRH poderão, sempre que desejarem, participar das reuniões da CTALI.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções do CRH nº 01/2003, nº 01/2006, nº 01/2007, nº 14/2015 e nº 03/2018.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**FERNANDHA BATISTA LAFAYETTE**  
Presidente do CRH

**SIMONE ROSA DA SILVA**  
Secretária Executiva do CRH